

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA, SERVIÇO PÚBLICO, REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE LEIS

Processo no.: 14968 /2023 Projeto de Lei nº.: 296/2023

Procedência: Vereador Aloísio Varejão

Relator: Vereador Davi Esmael

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Aloísio Varejão, por intermédio do qual objetiva obrigar "o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo no local da execução de obras de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios e vias públicas"

O Autor justifica sua iniciativa na garantia da "segurança e minimizar os transtornos causados aos veículos, motociclistas, ciclistas e pedestres entre outros, por desnivelamento das vias públicas", o que também causa "risco a segurança e integridade física".

II - PARECER

A matéria em análise, com aplicação restrita à Cidade de Vitória, está inserida no rol da competência legislativa municipal, conforme prevê a Constituição Federal (art. 30, I e II); a Constituição Estadual (art. 28, I e II) e a Lei Orgânica (art. 18, l e II), para quem compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Quanto à iniciativa, considerando que o objeto do Projeto de Lei não está enumerado entre aqueles cuja competência é taxativamente privativa do Executivo Municipal (incisos do parágrafo único do art. 80 da Lei Orgânica), o Legislativo Municipal é competente para deflagrar o processo de produção legislativa, nos termos do inciso I do mesmo artigo.

Ressalva se faz à previsão do nivelamento dos passeios, assim entendido a "parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas" (Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro), porquanto a Lei municipal nº. 6.080/2003 (que instituiu o Código de Posturas e Atividades Urbanas), em seu art. 59, já estabelece que "O responsável por danos à calçada fica obrigado a restaurá-la, com o mesmo material existente, garantindo a regularidade, o nivelamento, a compactação adequada, além da qualidade e estética do pavimento, independentemente das demais sanções cabíveis.

vereador



















Sendo assim e considerando que a palavra "via" tem acepção ampla (art. 2º do Código de Trânsito Brasileiro: "São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais"); considerando que a pista de rolamento é entendida como a via para a circulação de automóveis, sugere-se emenda supressiva, consistente em suprimir do Projeto de Lei a obrigatoriedade do nivelamento dos passeios, e emenda modificativa relativa à "vias públicas":

~	
Redação	ARIAIDAI
REUACAO	OHIGHHAL
ILOUUÇUO	O i i gii i a i

Art.1º. Fica obrigatório o nivelamento de Art.1º. Fica obrigatório o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo no local da execução de bocas de lobo no local da execução de obras de pavimentação, recapeamento, obras de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer reconstrução, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios e serviço de manutenção nas pistas de vias públicas.

bueiros deve corresponder à altura mais bueiros deve corresponder à altura mais próxima possível da via pública, utilizando-se as exigências técnicas para que sua eficácia não seja prejudicada.

Emenda

rolamento.

§ 2°. O nivelamento das bocas de lobo e § 2°. O nivelamento das bocas de lobo e próxima possível da pista de rolamento, utilizando-se as exigências técnicas para que sua eficácia não seja prejudicada.

Redação original

Art. 3°. É obrigatório também Empresas, е Concessionárias que implique em refazer o piso do passeio ou via pública.

Emenda

o Art. 3°. É obrigatório também nivelamento de tampões pertencentes as nivelamento de tampões pertencentes às de Empresas е Concessionárias Serviços Públicos, bem como as caixas Serviços Públicos, assim como as caixas de inspeção pertencentes ao proprietário de inspeção pertencentes ao proprietário do imóvel, quando executarem serviços do imóvel, quando executarem serviços que implique em refazer o piso da pista de rolamento.

















Redação original

Art. 4°. No contrato entre o Município de Art. 4°. No contrato entre o Município de Vitória e empresas ou concessionárias Vitória e empresas ou concessionárias que realizam quaisquer serviços de que realizarem quaisquer serviços de manutenção passeios em públicas. deverá conter obrigatória sobre o nivelamento a que se o nivelamento a que se refere o art. 1º refere o Art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O objeto da licitação Parágrafo único. O objeto da licitação execução serviços de pavimentação, recapeamento, pavimentação, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer reconstrução, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção, em vias públicas serviço de manutenção nas pistas de passeios. incluirá também nivelamento de tampões.

Emenda

e vias manutenção nas pistas de rolamento, cláusula deverá conter cláusula obrigatória sobre desta Lei.

> de para execução de serviços recapeamento, o **rolamento**. incluirá também 0 nivelamento de tampões.

Ante o exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATÉRIA. com emendas.

Palácio Atílio	Vivacqua.	. 1º de marc	co de 2024.

Vereador Davi Esmael – PSD

















